

Almoço grátis na Reforma Tributária

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
Empresário



Há muitos anos, se fala de Custo Brasil, dos elevados custos para fazer negócios no país, da falta de competitividade da nossa economia, especialmente para a indústria, que produz os chamados tradables ou comercializáveis, produtos que devem disputar o mercado internacional via exportações e que, por outro lado, sofrem a concorrência no mercado interno via importações. Consequência é a prematura e muito acentuada perda de participação da indústria de transformação no PIB do país, ao contrário da China, do México, da Índia, de países do Sudeste Asiático e até desenvolvidos, como a Alemanha, que mantém participação forte da indústria, em alguns casos até crescente, aproveitando os processos em curso de redefinição das cadeias de valor em função de vulnerabilidades expostas pela pandemia e de conflitos geopolíticos.

Infelizmente, estamos participando apenas marginalmente dos processos de *nearshoring* e *friendshoring*, ao contrário das nações que mais diretamente disputam mercado conosco, justamente por falta de competitividade. Estamos perdendo uma oportunidade de recuperar produtividade e dinamismo na economia, que decorrem de melhores empregos gerados pela indústria de transformação, dos seus importantes investimentos em pesquisa e tecnologia, e do aumento do valor agregado à produção nacional por esse setor.

Sem dúvida, há que se reconhecer a importância de alguns avanços ocorridos nos últimos anos, com a realização de reformas micro e macroeconômicas, em direção à agenda da competitividade. O problema é que o Custo Brasil tem sido tão mais alto do que o dos nossos concorrentes — dívida pública e carga tributária em proporção do PIB, por exemplo, mais altos entre os países em desenvolvimento — que muitas lições de casa ainda precisam ser feitas.

Principalmente a redução do peso do Estado sobre a sociedade e, em especial, sobre o setor produtivo por meio, de um lado, de uma reforma administrativa que, apoiada pelo desengessamento do orçamento público, permita diminuir o gasto e, consequentemente, a carga tributária, via maior eficiência dos

dispêndios públicos. E de outro lado, da Reforma Tributária, que, após anos de discussões, tramita em fase de regulamentação no Congresso Nacional, em uma primeira etapa que é a simplificação da caótica estrutura dos impostos sobre o consumo.

A proposta apresentada pelo Executivo, em 2023, trouxe importantes avanços conceituais, como o fim da cumulatividade, a partir da ideia de imposto sobre valor agregado (IVA), englobando vários tributos, mas sem redução de carga tributária, dado que este governo declaradamente pretende aumentar e não reduzir o gasto público. Esse viés fica evidente com o foco total do Ministério da Fazenda na busca de mais receitas. Transformou-se, de fato, no ministério da arrecadação.

O imposto sobre valor agregado proposto, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade de estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e

serviços, a cargo da União, previa inicialmente uma alíquota conjunta de 21%, próxima à média de outros países que adotam o conceito de IVA. Essa alíquota, no entanto, previa um número bem limitado de regimes especiais, a partir de especificidades setoriais e interesse social. Necessário destacar, contudo, que os sistemas tributários com base no valor agregado mais modernos e eficazes praticamente não trazem regimes privilegiados, o que permite colher os benefícios da simplificação e da alavancagem da economia na sua integralidade.

Na tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional no 2º semestre do ano passado, os parlamentares cederam a grupos de pressão, aos lobbies mais poderosos, a setores e regiões que sempre buscam privilégios em tal medida, que a alíquota do IBS/CBS prevista já saltou para 26% ou 27%.

Mas além das ineficiências e privilégios introduzidos no texto-base da reforma, a regulamentação, em tramitação no Congresso, pode potencializar as distorções. Agora, é necessário detalhar as delimitações e a operacionalização dos regimes especiais que beneficiaram os diversos setores com reduções de alíquotas de 30%, 60% e até 100% e evitar que novas atividades procurem se enquadrar nessas “exceções”, na definição da legislação complementar. Infelizmente, mais uma vez, a sociedade brasileira se contenta com meias soluções. Devemos passar na prova, mas com nota pouco acima de cinco.

Querer pagar menos impostos é um direito legítimo, porque, no Brasil, à exceção de setores e regiões que têm regimes privilegiados, todos pagamos demais. Mas o principal caminho para isso é por meio do aumento da eficiência do gasto público, é o Estado fazer mais com menos e, assim, precisar de menos tributos para cumprir o seu papel. E a sociedade deve pressionar as autoridades para a construção desse Brasil eficiente, em que o Poder Público realmente esteja a serviço do público, e não de si mesmo. Mas, enquanto não avançarmos o suficiente nessa direção, não é legítimo que alguns queiram pagar menos, com a conta sendo transferida aos demais.

O Brasil e o mundo estão numa encruzilhada ambiental

» ROSELI GARCIA
Jornalista e escritora

Será que vamos sair dela? Se o Brasil tem um pouco de reciclagem, agradeça aos catadores que atuam na maioria das cidades do país, como autônomos ou em cooperativas. Raramente, existe apoio das prefeituras municipais. Esse foi o cenário pintado durante o Congresso Internacional Cidades Lixo Zero, ocorrido, de 25 a 27 de junho último, no Museu Nacional da República, em Brasília. O encontro teve como premissa despertar a sociedade para medidas sustentáveis em todos os níveis. Seja de cada cidadão, que tem a responsabilidade pela separação do lixo de sua casa, seja de empresas na substituição de plástico por materiais sustentáveis e, ainda, do poder público.

A representação do Governo do Distrito Federal apontou um diagnóstico que deixa muito a desejar sobre seus moradores. Diariamente, 1,2 mil toneladas de lixo são despejadas no aterro sanitário do DF. Esse volume poderia ser reduzido em 500 mil quilos se a população separasse de forma adequada o material reciclável do orgânico.

Mesmo com cooperativas de catadores atuantes em diversas regiões, convênios com o DF há um enorme desperdício iniciado nas residências. Na tentativa de contribuir com o aumento da reciclagem, produzi um e-book (<https://roseligarcia.orbitpages.online/>) com o passo a passo sobre a separação de lixo doméstico. Trata-se de uma gota de contribuição em meio ao oceano de plástico mostrado pela ONG Oceana neste mês. O cálculo é que entram 8 milhões de toneladas de plásticos nos oceanos por ano.

Em Brasília, os participantes do evento puderam conhecer iniciativas de cidadãos, cooperativas, comunidades, que alimentam a esperança

da construção de um mundo cada vez mais sustentável. Iniciativas incluem os cidadãos no processo da separação de material reciclável e orgânico, minimizando os impactos ambientais. Tudo começa a mudar com esse gesto simples de responsabilidade de cada morador.

Com mais lixo reciclado, menos bueiros serão entupidos e, consequentemente, haverá menos enchentes. Lembrem-se que garrafas pets, latas e vidros jogados nas ruas ou em lixões transformam-se em criadouros do mosquito da dengue. Portanto, todos têm benefícios com o aumento da reciclagem que começa em casa.

O Brasil ainda está patinando neste quesito. Em 2022, apenas 4% de 81 milhões de toneladas de lixo, produzidas pelos brasileiros, foram recicladas. É chocante! Um desperdício de latas, plásticos, vidros e papelão transformados em montanhas de lixo na natureza.

O país perde R\$ 14 bilhões por ano com a falta de reciclagem. As empresas perceberam a questão econômica e implantam medidas para a reciclagem, mas ainda é insuficiente. Em ano de eleição municipal, seria importante conhecer as propostas dos candidatos. Será que estão incluindo a questão ambiental? A reciclagem?

Afinal, parte do Rio Grande do Sul está debaixo d’água e o Pantanal enfrenta, de novo, uma fogueira que parece mais uma visão do inferno. Todos estão percebendo que as mudanças climáticas atingem a população e novas atitudes serão necessárias. Vamos começar pela reciclagem? Não é solução para todos os problemas, mas um ponto de partida.

O Cidades Lixo Zero mostrou iniciativas capazes de mudar a percepção de comunidades sobre a coleta de material reciclável, desperdício de comida. Mas como fazer para que

essas atividades despertem o interesse da população?

Ações mais impactantes sinalizam o caminho da mudança, mesmo que seja solitário no início. Um senhor transformou o seu bar em Paraty (RJ) em ponto de coleta e museu da reciclagem. Diego Saldanha criou a ecobarreira para limpar o rio em que nadava na sua infância, no município de Colorado (PR). Acabou criando também o museu do lixo. A iniciativa de Diego chamou a atenção da mídia, mas não da prefeitura local. Moradoras do Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro, construíram hortas para evitar o desperdício de restos de alimentos que são usados nos jardins. A iniciativa gerou o Instituto Ser e expandiu os horizontes.

Regina Tchelly tem feito sucesso com alimentos inusitados, produzidos a partir de cascas, talos e sementes, normalmente jogados no lixo. Ela criou o Favela Orgânica nas comunidades da Babilônia e Chapéu Mangueira, unindo conceitos de consumo consciente, gastronomia alternativa, compostagem caseira e hortas em pequenos espaços. A atitude de Regina deu tão certo que ela passou a fazer oficinas em diversos estados e até no exterior. Levou seus conhecimentos sustentáveis a países conhecidos por sua gastronomia, como França e Itália, além do Uruguai.

O responsável pelo evento em Brasília, Instituto Lixo Zero Brasil, tem uma missão ingrata: convencer a indústria a trocar embalagens de plástico e isopor por materiais sustentáveis. Será? O oposto disso estamos vivenciando com enchentes que matam, destroem cidades, calor intenso, queimadas e desmatamentos que acabam impactando na economia. Basta escolher qual mundo queremos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Capivaras, carrapatos e mortes

Não passa um dia sequer sem que a polícia florestal e mesmo os bombeiros sejam chamados para capturar capivaras em plantações, hortas, piscinas e até dentro das casas. Os moradores da orla do Lago Paranoá são os que mais vêm sofrendo com a proliferação acelerada desses grandes roedores. E esse não é um problema que vem crescendo e tomando proporções alarmantes apenas no Distrito Federal. Em algumas regiões do país, como no interior de cidades paulistas, mineiras, goianas e de Mato Grosso, a multiplicação desses mamíferos apresenta um sério problema de saúde pública, com implicações diretas também na economia de muitos municípios.

A situação chegou a tal estágio que, em muitas localidades com grande concentração de capivaras, os terrenos, alguns com centenas de hectares, vêm progressivamente perdendo valor no mercado imobiliário. Muita gente tem deixado de comprar e vender terras em que existe a ocorrência desses roedores nas redondezas por medo dos prejuízos causados à lavoura e à criação de pequenos animais, que também são atacados.

A unidade da Embrapa Pantanal produziu um livro com todos os detalhes sobre as doenças transmitidas pelo roedor. Um perigo registrado é a febre maculosa. Os sintomas da enfermidade transmitida pelo carrapato-estrela, que pode ser transportado pelas capivaras, são dores nas articulações, apatia, perda do apetite, anemia, dor de cabeça e manchas avermelhadas na pele, que podem confundir no momento do diagnóstico.

Exames sorológicos podem não diagnosticar a doença no início dos sintomas. Há necessidade de notificação compulsória nas instâncias da vigilância epidemiológica. O atraso no diagnóstico pode trazer graves complicações, que afetam desde o sistema nervoso central até os rins, os pulmões e as lesões vasculares, podendo levar a óbito.

No Distrito Federal, a multiplicação desses animais em toda a orla do Lago preocupa não só os moradores, como todos aqueles que usam esse espelho d’água para o lazer. O problema atinge também os frequentadores dos clubes sociais situados nessa região. Além da transmissão de doenças conhecidas, esses roedores, principalmente as fêmeas com crias novas, são extremamente agressivos quando sentem a aproximação de estranhos. Por isso, é frequente a morte de cães que tentam proteger o território. Trata-se, para quem já teve a triste experiência de ser agredido, de um animal selvagem e que, dependendo da situação, pode até matar suas presas, com o poder de pressão das mordidas e o corte afiadíssimo de sua dentição.

O mais assustador é que esse problema parece crescer no sentido inverso da preocupação das autoridades responsáveis. As medidas adotadas até agora, segundo informam, se limitam à pulverização de venenos contra os carrapatos do tipo estrela e ao mapeamento das populações. Moradores de áreas em que há esses animais confessam, contudo, que nunca presenciaram qualquer dessas ações.

Para alguns biólogos que acompanham esses casos, trata-se, agora, de adotar medidas visando à castração de grande parte desses bichos antes que essa invasão ganhe proporções de uma calamidade pública.

» A frase que foi pronunciada

“O biólogo precisa ter muita cautela nas explicações com abordagens evolutivas. A romantização da complexidade da vida abre brechas para a Teoria do Design Inteligente. É necessário entendermos que as mutações nem sempre são ‘inteligentes’ e que as mesmas podem ter alternativas mais eficazes.”

Gabriel Stive

Não efetiva

» Ainda em 2017, o plenário do Senado aprovava uma lei que modificava a Lei da Acessibilidade criando a obrigação de que pelo menos 5% dos brinquedos de parques públicos fossem destinados a crianças com mobilidade reduzida. Nem as crianças com 100% de mobilidade conseguem ter um parque decente com areia nova, brinquedos inteiros e conservados ou mesmo cerca no parquinho.

Mau cheiro, bons negócios

» Cada vez mais avançada, a tecnologia no campo garante que uma propriedade com 800 suínos seja capaz de produzir energia para 25 casas a partir do biogás dos dejetos dos animais. Pedro Colombari foi o primeiro a fazer esse tipo de investimento. O projeto GEF Biogás Brasil foi parar nas Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial.

»História de Brasília

A carne dos dois supermercados, ontem, foi totalmente devolvida. Chegou estragada, e a população ficou sem abastecimento. (Publicada em 10/4/1962)